

## Acordo Mercosul-UE: por uma cláusula ambiental vinculativa

É o caso de usar instrumentos eficazes, respondendo às exigências dos cidadãos

16.out.2020 às 10h50

### José Antonio Sanahuja

Professor de Relações Internacionais na Universidade Complutense de Madri.

**LATINOAMÉRICA21** Em 6 de outubro, o plenário do Parlamento Europeu adotou como emenda um relatório geral sobre comércio que enfatiza que o Acordo UE-Mercosul não pode ser ratificado "em seu estado atual" (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/parlamento-europeu-atribui-a-bolsonaro-rejeicao-de-acordo-ue-mercosul.shtml>). Ao mesmo tempo, exigiu medidas eficazes de proteção ambiental consistentes com o Acordo de Paris sobre Mudança Climática.

Esclarecimento importante: não se discutia a aprovação desse acordo birregional, que ainda não foi proposto, e o ocorrido é, ao contrário, um aviso para os navegantes. E não é o único: no final de 2019, o parlamento austríaco já havia se pronunciado contra o acordo. Em agosto de 2020, a chanceler Merkel, após se reunir com Greta Thunberg (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/voces-roubaram-minha-infancia-como-ousam-diz-greta-na-onu.shtml>) e outros líderes ambientais, declarou ter "sérias dúvidas" sobre o acordo, mostrando a mudança de posição da Alemanha que, até então, era favorável.

Em setembro, o governo francês reiterou sua rejeição, apoiada pelo relatório independente de uma comissão presidida por Stefan Ambec, convocada um ano antes em resposta à onda de incêndios na Amazônia brasileira que Macron descreveu na época como uma "crise internacional" (<https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/?p=443>). Pouco depois, a Irlanda e Luxemburgo anunciaram que não ratificariam o acordo.

Sua assinatura vale muito.



Bandeira da União Europeia em Bruxelas, Bélgica - Yves Herman/Reuters

---

Após sua nomeação, o novo comissário comercial da UE, Valdis Dombrovskis, reconheceu que a UE estava dividida e, aludindo ao governo Bolsonaro, apontou que seria necessário um

**Sua assinatura vale muito.**

ENTENDA

climática, suas ameaças de se retirar do Acordo de Paris, e também seu alinhamento com os EUA, questionando o próprio Mercosul e, portanto, o acordo com a UE.

Enquanto isso, na Europa, há um crescente apoio eleitoral para os ecologistas e estão sendo feitos progressos na direção oposta, através do European Green Deal (EGD) e do Next Generation, como estratégias inovadoras de desenvolvimento sustentável pós-pandemia.

Com esses antecedentes, parece difícil que o acordo venha a ser implementado. É importante lembrar que é de natureza mista —ou seja, contém assuntos de competência exclusiva da UE e outros dos Estados membros—, razão pelo qual deve ser ratificado por cada um dos parlamentos dos 27 Estados membros —a Bélgica, além disso, requer o aval de suas câmaras regionais—, mais a aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho, além dos 4 membros do Mercosul.

Sabendo que isto seria impossível desde o início, já havia sido proposto dividir o acordo e submeter ao Conselho e ao Parlamento Europeu (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/europa-estuda-fatiar-acordo-com-mercosul-para-facilitar-aprovacao.shtml>) a parte que reúne os assuntos que, sendo da competência da UE, requerem apenas uma maioria qualificada no Conselho. Tendo em vista o acima exposto, porém, parece que este atalho jurídico, que evitaria o problema, também não é viável.

Este é um debate saudável que exige lembrar e também repensar as razões pelas quais o Acordo UE-Mercosul é relevante para as estratégias de desenvolvimento e para as relações internacionais de ambas as regiões, além de seu óbvio interesse comercial.

Em primeiro lugar, é errado ver este acordo como um mero tratado de livre comércio ou "TLC" como os promovidos pelos EUA. Tem e sempre teve um profundo significado geopolítico. Quando as negociações foram lançadas em 1994 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/relembre-a-linha-do-tempo-das-negociacoes-do-acordo-entre-mercosul-e-ue.shtml>), se tratava de uma resposta conjunta ao projeto hegemônico do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Quando a presidência argentina do Mercosul e a presidência espanhola do Conselho relançaram as negociações em 2010, se tratava, entre outras razões, de responder ao risco de reprimir o peso crescente da China.

Esta razão segue vigente, mas agora o acordo é também um resseguro frente ao nacionalismo econômico desenfreado e a fragmentação do sistema de comércio internacional. Além disso, é uma ferramenta que pode contribuir para a autonomia estratégica de ambas as regiões diante da concorrência EUA-China, que visa colocar tanto a América Latina quanto a UE em uma posição de subordinação estratégica. Deve-se lembrar que além de seu coração comercial, o Mercosul e a UE são projetos políticos, e um acordo entre ambas as regiões também não pode ser visto, de forma reducionista, em termos de livre comércio.

Em segundo lugar, o acordo também pode ser um espaço comum de diálogo político, convergência regulatória e transformação produtiva para a mudança do modelo econômico e a reconstrução do contrato social.

Para o Mercosul, os longos períodos de transição —até 15 anos em alguns casos— abrem opções para essa transformação com políticas ativas de longo prazo para deixar para trás a fase de repressão e crescente dependência da China.

A própria UE já não é mais a mesma entidade que iniciou a negociação há duas décadas, e pretende ser ainda mais diferente em 2030. É uma UE que quer impulsionar uma transição ecológica que pretende ser, ao mesmo tempo, uma nova estratégia de desenvolvimento e política industrial, uma marca de seu "poder brando" e uma narrativa mobilizadora renovada da construção europeia.

**Sua assinatura vale muito.**

ENTENDA

Por todas as razões acima, não é aceitável apelar para argumentos ambientais legítimos com propósitos protecionistas não expressos, tais como aqueles encorajados por alguns atores na UE. Mas a existência de protecionismo disfarçado não significa que as objeções ambientais ao acordo não sejam válidas. Muito pelo contrário.

As objeções levantadas pelo relatório Ambec merecem atenção: o elo causal entre as exportações do Mercosul e o desmatamento; o risco de enfraquecer os padrões ambientais e sanitários nessas exportações para o mercado europeu; e a ausência de instrumentos legais robustos para enfrentar a mudança climática.

É legítimo, em suma, que os cidadãos europeus se recusem a associar a UE ao Brasil, cujo governo atual se orgulha de sua rejeição do Acordo de Paris, flerta com o negacionismo climático e dá cobertura àqueles que depredam a Amazônia.

O acordo UE-Mercosul, elaborado com o mesmo modelo que a UE tem aplicado em todos os seus acordos nos últimos trinta anos, já incorpora novas ferramentas em matéria ambiental, mas elas não são suficientes.

Uma possibilidade é contemplar uma "cláusula ambiental" de acordo com o modelo da cláusula de direitos humanos já existente, que vincula, de forma recíproca, a validade do acordo à observância de normas internacionais sobre este assunto, incluindo o Acordo de Paris.

Não se trata, em suma, de abandonar o Acordo UE-Mercosul, nem de reabrir uma negociação muito complexa e difícil, mas de reforçá-lo com instrumentos mais eficazes, respondendo às exigências dos cidadãos e suas legítimas exigências de coerência com o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.

[www.latinoamerica21.com](http://www.latinoamerica21.com), um projeto plural que dissemina diferentes visões da América Latina

## **sua assinatura vale muito**

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA ([HTTPS://LOGIN.FOLHA.COM.BR/ASSINATURA/390510?UTM\\_SOURCE=MATERIA&UTM\\_MEDIUM=TEXTOFINAL&UTM\\_CAMPAIN=ASSINETEXTOCURTO](https://login.folha.com.br/assinatura/390510?utm_source=MATERIA&utm_medium=TEXTOFINAL&utm_campaign=ASSINETEXTOCURTO))

## ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/acordo-mercosul-ue-por-uma-clausula-ambiental-vinculativa.shtml>

**Sua assinatura vale muito.**

ENTENDA

